

Relatório da Administração

Senhores acionistas, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016.

Balances Patrimoniais em 30 de Junho

(Em milhares de reais)

	2017	2016	2017	2016
ATIVO				
Circulante	434.248	466.815	243.464	294.217
Disponibilidades	31	60	127.002	83.775
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	289.037	295.104	14.264	3.734
• Aplicações no mercado aberto	289.037	264.786	112.738	80.041
• Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	30.318	-	-
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	19.045	12.242	-	-
• Carteira própria.....	19.045	12.242	90.764	126.557
Relações interfinanceiras	-	133	195	282
• Pagamentos e recebimentos a liquidar.....	-	133	195	282
Operações de crédito (nota 6)	116.526	141.372	-	-
• Setor privado.....	132.854	156.286	11.839	20.035
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7).....	(16.328)	(14.914)	356	279
Outros créditos	9.609	17.904	13.308	63.289
• Rendas a receber.....	2.028	2.674	82	64
• Divergência e arrecadação de tributos e assemelhados.....	7.581	15.230	11.612	10.979
• Fiscais e previdenciárias (nota 13).....	-	-	1.614	52.246
• Diversas (nota 14).....	-	-	-	-
Exigível a longo prazo	185.635	212.218	157.955	227.386
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	34.411	34.250	98.228	129.726
• Carteira própria.....	34.411	34.250	98.228	129.726
Operações de crédito (nota 6)	93.514	121.170	98.928	97.660
• Setor privado.....	98.588	129.109	98.928	97.660
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7).....	(5.054)	(7.939)	-	-
Outros créditos	19.733	14.296	59.027	97.660
• Diversos (nota 8).....	19.733	14.296	-	-
Outros valores e bens	37.977	42.502	31	5
• Outros valores e bens.....	37.977	42.502	31	5
Permanente	172	50.776	218.605	208.201
Investimentos	-	50.603	-	-
• Participações em controladas - No País (nota 9).....	-	50.603	159.397	159.397
• Outros investimentos.....	137	137	44.625	37.835
• Provisão para perdas.....	(137)	(137)	3	7
Imobilizado de uso	156	156	14.580	10.962
• Outras imobilizações de uso.....	702	687	-	-
• Depreciações acumuladas.....	(540)	(531)	-	-
Intangível	10	17	-	-
• Ativos intangíveis.....	48	48	-	-
• Amortização acumulada.....	(39)	(31)	-	-
Total do ativo	620.055	729.809	620.055	729.809
PASSIVO				
Circulante	243.464	294.217	127.002	83.775
Depósitos (nota 10)	14.264	3.734	-	-
• Depósitos à vista.....	14.264	3.734	-	-
• Depósitos a prazo.....	-	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 11)	90.764	126.557	-	-
• Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares.....	90.764	126.557	-	-
Relações interdependências	195	282	-	-
• Recursos em trânsito de terceiros.....	195	282	-	-
Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais (nota 12)	12.195	20.314	-	-
• Tesouro Nacional.....	11.839	20.035	-	-
• Outras instituições.....	356	279	-	-
Outras obrigações	13.308	63.289	-	-
• Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....	82	64	-	-
• Fiscais e previdenciárias (nota 13).....	11.612	10.979	-	-
• Diversas (nota 14).....	1.614	52.246	-	-
Exigível a longo prazo	157.955	227.386	-	-
Depósitos (nota 10)	98.228	129.726	-	-
• Depósitos a prazo.....	98.228	129.726	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 11)	98.928	97.660	-	-
• Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares.....	98.928	97.660	-	-
Resultados de exercícios futuros	31	5	-	-
Resultados de exercícios futuros	31	5	-	-
Patrimônio líquido	218.605	208.201	-	-
• Capital.....	-	-	-	-
• De domiciliados no País.....	159.397	159.397	-	-
• Reservas de lucros.....	44.625	37.835	-	-
• Ajustes de avaliação patrimonial.....	3	7	-	-
• Lucros acumulados.....	14.580	10.962	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutárias			
1º Semestre de 2016						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	210.000	1.522	37.318	9	-	248.849
(-) Redução de capital.....	(50.603)	-	-	-	-	(50.603)
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	(2)	-	(2)
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	-	11.539	11.539
Destinações:						
Reserva legal.....	-	577	-	-	(577)	-
Dividendos (R\$ 4,09 por lote de mil ações).....	-	-	(1.582)	-	-	(1.582)
Saldos em 30 de junho de 2016	159.397	2.099	35.736	7	10.962	208.201
Mutações do 1º semestre de 2016.....	(50.603)	577	(1.582)	(2)	10.962	(40.648)
1º Semestre de 2017						
Saldos em 31 de dezembro de 2016	159.397	2.840	42.817	5	205.059	218.605
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	(2)	15.348	(2)
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	-	15.348	15.348
Destinações:						
Reserva legal.....	-	768	-	-	(768)	-
Dividendos (R\$ 4,66 por lote de mil ações).....	-	-	(1.800)	-	-	(1.800)
Saldos em 30 de junho de 2017	159.397	3.608	41.017	3	14.580	218.605
Mutações do 1º semestre de 2017.....	-	768	(1.800)	(2)	14.580	(13.546)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco Tricury S.A. ("Banco") transformado em banco múltiplo em 10 de novembro de 1990, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil, atua operando as carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas:

2.1. Base de apresentação: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotadas para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) reconhecidos pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão subsidiados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões. As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017 foram aprovadas pela Administração em 25 de agosto de 2017.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa: Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (presentes das disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, conforme prevê a Resolução CMN nº 3.604/08 e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2.3. Títulos e valores mobiliários: De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

a. Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;

b. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadraram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, sob o título de "ajustes de avaliação patrimonial";

e. Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

2.2.4. Operações de crédito: As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados "pro rata dia" e as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

2.2.5. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciam amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

2.2.6. Outros valores e bens: Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em razão de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando existe de fato menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

2.2.7. Créditos tributários: Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" com reflexo no resultado do período.

2.2.8. Investimentos: Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, conforme Nota Explicativa nº 9.

2.2.9. Ativo imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do balanço. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, sistemas de comunicações e instalações – 10% e sistemas de processamento de dados e telefônicos – 20%.

2.2.10. Intangível: Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.642/08, os ativos intangíveis devem corresponder aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade do Banco ou exercícios com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, conforme Carta-Circular nº 3.357/08 do BACEN.

2.2.11. Redução do valor recuperável de ativos: A Administração do Banco revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.12. Depósitos a prazo e interfinanceiros: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e considerados encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata dia".

2.2.13. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos

na Resolução CMN nº 3.535/08, e na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

a. Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando há existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2017;

b. Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

c. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.14. Provisão para garantias financeiras prestadas: A constituição de provisão para garantias financeiras prestadas é baseada na avaliação quanto à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas as garantias, com base em informações e critérios consistentes, sendo suficiente para cobertura das perdas prováveis, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016.

2.2.15. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo: São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata dia", e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de outro tipo. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

2.2.16. Imposto de renda e contribuição social: A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015.

2.2.17. Resultado por ação: É calculado com base na quantidade de ações do capital social integrado na data das demonstrações contábeis.

2.2.18. Auração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para as de natureza financeira. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

3. Caixa e equivalentes de caixa: Em 30 de junho de 2017 e 2016, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2017	2016
Disponibilidades.....	31	60
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	289.037	295.104
Títulos e valores mobiliários.....	19.045	12.242
Caixa e equivalentes de caixa	308.113	307.406

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez têm vencimento até três meses e estão compostas como segue:

	2017	2016
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
- Letras Financeiras do Tesouro.....	25.189	30.236
- Letras do Tesouro Nacional.....	253.450	234.550
- Debêntures.....	10.398	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
- Não ligadas.....	-	30.318
Total	289.037	295.104

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular Bacon nº 3.068/02, o Banco declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Durante o semestre os certificados de recebíveis do agronegócio foram reclassificados da categoria "títulos disponíveis para venda" para "títulos mantidos até o vencimento". O valor de mercado dos títulos que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima e BM&FBovespa.

6. Operações de crédito: A composição da carteira de crédito é demonstrada como segue:

	2017	2016
a) Por tipo de operações		
Ativo circulante		
Empréstimos e títulos descontados.....	132.854	156.286
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(116.328)	(141.914)
	116.526	141.372
Realizável a longo prazo		
Empréstimos e títulos descontados.....	98.588	129.109
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(5.054)	(7.939)
	93.514	121.170
Total	210.040	262.542
b) Por atividade econômica		
Setor privado		
Indústria.....	47.579	74.855
Comércio.....	21.941	29.262
Serviços.....	133.047	140.762
Pessoas físicas.....	28.856	40.516
Total	231.422	285.395

A Diretoria
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores do Banco Tricury S.A. São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Tricury S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Tricury S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que

compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório contém, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contá